
Regulação e Supervisão das

MICROFINANÇAS

Processo de Transformação

Av. Amílcar Gabral C.101
Tel: (+238) 2607080
Fax: (+238) 2617095
Cidade da Praia
República de Cabo Verde

GABINETE DE MICROFINANÇAS
DR. JOÃO CARLOS FIDALGO
Coordenador

Microfinanças

& Supervisão Prudencial

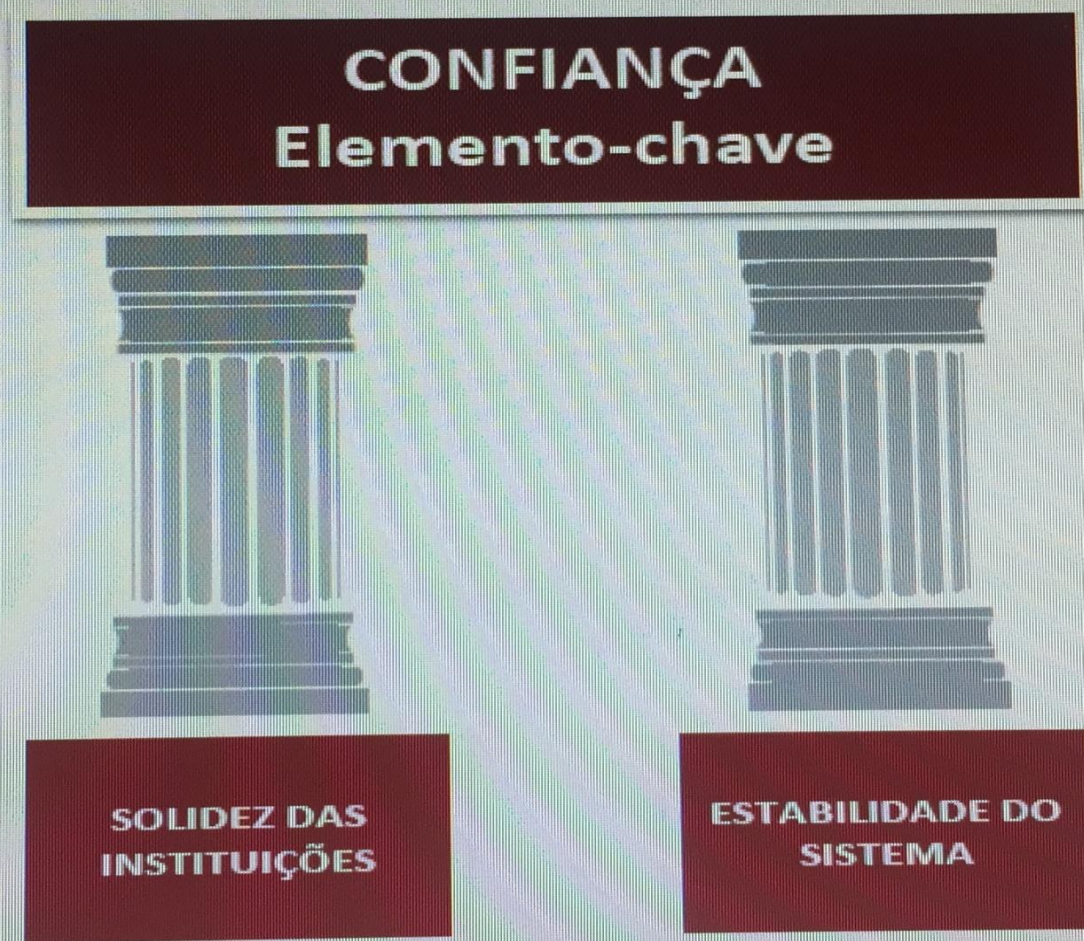
Introdução

1. Breve contextualização
 2. Objectivo, mecanismo e procedimentos da **Supervisão Prudencial**
 3. Casos de sucessos de processo de transformação e desafios
- ### Regulação & Supervisão

“Supervisão”, atividade exercida pelo Banco de Cabo Verde e que consiste designadamente na fiscalização e acompanhamento do cumprimento das normas de natureza prudencial nomeadas

- A estabilidade financeira é um bem público
- É crucial assegurar em permanência a confiança dos agentes económicos no sistema financeiro

“Supervisão”, atividade exercida pelo Banco de Cabo Verde e que consiste designadamente na fiscalização e acompanhamento do cumprimento das normas de natureza prudencial nomeadamente sobre o rácio de solvabilidade, reservas obrigatórias e limites de risco, tendo em vista quer a proteção do sistema financeiro no seu todo, quer a segurança dos fundos do público depositados em cada instituição em particular, nos termos da respetiva Lei orgânica e da lei geral sobre as instituições financeiras.





MICROFINANÇAS?



Muhammad Yunus
28 de junho de 1940
(78 anos)

Prêmio Mundial de Alimentação
(1994), Nobel da Paz (2006)

Economista, fundador **Grameen Bank**.
O primeiro Banco do mundo
especializado em microcrédito e foi
concebido pelo professor bengalês
Muhammad Yunus em 1976, visando a
erradicar a pobreza no mundo



Serviços Financeiros

Destinados a grande proporção da população economicamente pobre (crédito, poupança, serviços de pagamento e de seguros).



Posicionamento

População de baixa renda ou sem acesso a crédito no sistema financeiro formal: pesca, agricultura, vendedores ambulantes, artesãos, comerciantes, empreendedores, micro – empreendimentos, etc.



Objectivos

Aumento dos níveis de rendimento, condições e níveis de vida.

Microfinanças & Supervisão Prudencial

- **Lei nº12/IX/2017**
(Procede à primeira alteração da Lei nº83/VIII/2015 de 16 de Janeiro de 2015, Regime Jurídico da actividade das Microfinanças e respectivas instituições)
- **Matérias da Competência do Banco de Cabo Verde**
Supervisão Prudencial (Avisos Publicados II série – nº39, 2 de Agosto)
- **Matérias da Competência do Governo**
- **Desafios**

Princípios Fundamentais de Bâle



- O documento de orientação publicado pelo Comitê Bale sobre Supervisão Bancária em 2010 para a aplicação dos 25 princípios às atividades de microfinanciamento das instituições de poupanças diz o seguinte:
- **As condições de aprovação devem ser adaptadas ao tamanho e natureza das atividades realizadas pelas instituições particulares e ao risco sistêmico representado por essas instituições.**





Regulamentação da Lei nº83/VIII/2015 de 16 de Janeiro de 2015 Regime Jurídico da actividade das Microfinanças e respectivas instituições(Diagnóstico)

As principais dificuldades que afligem o sector de micro finanças já estão identificadas

As preocupações actuais têm a ver com:

SUSTENTABILIDADE
das organizações de microfinanças



DIVERSIFICAÇÃO
de serviços e produtos



**IMPACTO DAS
ACTIVIDADES**
junto dos beneficiários



**REGULAMENTAÇÃO
E EXPANSÃO** dos setores



**CONTROLE
DA TRANSPARÊNCIA**
das actividades das IMF





FALTA DE GARANTIA

do público-alvo dos serviços de micro finanças



MOBILIZAÇÃO DE NOVOS PARCEIROS

e novas Fontes de financiamento



MELHORIA DOS SUPORTES

e mecanismos de gestão



DESENVOLVIMENTO DE SINERGIAS

para uma maior eficiência dos serviços prestados, entre outros

Banco de Cabo Verde



A Lei nº 12/IX/2017 :procede à primeira alteração da Lei nº 83/VIII/2015 de 16 de Janeiro (Anexo republicação da Lei nº 83/VIII/2015 de 16 de Janeiro)

- Monitorização
- Supervisão

A Lei nº 12/IX/2017 :procede à primeira alteração da Lei nº 83/VIII/2015 de 16 de Janeiro

(...) as associações e outras instituições que praticam Microfinanças devem promover a segregação das funções de cariz social das de Microfinanças, para que as suas atividades passem a ser exercidas por entidades jurídicas distintas, adaptarem-se às demais disposições da presente lei, bem como fazer o resectivo registo no Banco de Cabo Verde, até 31 de Dezembro de 2018”.

Em várias disposições da mesma lei

(v.g artigos 3º 2, 19º b), 21º 1, 28º, 37º 2, 40º a) e), 41º nºs 3 e 4 e 57º)

é cometido ao Banco de Cabo Verde o estabelecimento de normas de diversa índole sobre matérias específicas. À luz do que fica exposto e ao abrigo do artigo 17º 1 e 3 da Lei nº 61/VIII/2014, de 23 de Abril é são aprovadas as normas regulamentares que revistam na forma de avisos .

OBJECTIVOS DA SUPERVISÃO PRUDENCIAL



Proteção

Proteger os interesses dos depositantes e investidores Em geral



Estabilidade

Manter a Estabilidade Do Sistema Financeiro



Eficiência

Assegurar a Eficiência e as Condições de Concorrência entre os Operadores



Alocação de Recursos

Alocação de Recursos e Desenvolvimento das IMF

MECANISMO DE SUPERVISÃO



PROCEDIMENTOS



Identificação/Medida/Limites

Identificação de Medidas, Limites ou Cobertura de riscos

Recomendações

Recomendações para o Saneamento das Irregularidades

Tomada de Providências

Providenciar medidas de Saneamento

Sancionar Infrações

Implementar medidas de sanção contra infractores



O Banco [central] do Bangladesh **exonerou Yunus das suas funções de diretor-geral do Grameen Bank com efeito imediato**", declarou Huq, presidente do Grameen Bank..Muhammad Yunus tinha comparecido em meados de janeiro num **tribunal do Bangladesh por um caso de difamação, relativo a 2007, que complicou a situação jurídica do pioneiro da microfinança no seu próprio país.**

Fechar

Método



**Acompanhamento
permanente à distância.**



“In Locus”



**Em base individual e em base
consolidada de forma coordenada**



QUADRO RESUMO DOS OPERADORES DE MICROFINANÇAS

Tipologia, Capital Mínimo e Operações Permitidas

OPERADORES DE MICROFINANÇAS			CAPITAL MÍNIMO* (ECV)	OPERAÇÕES PERMITIDAS				
				Captação de Depósitos		Concessão de Crédito		Outras
				Do Público	Apenas dos Membros	Ao Público	Apenas aos Membros	
SUJEITOS À SUPERVISÃO PRUDENCIAL								
Categoria A	MICROBANCOS	Caixa de Crédito Rural	50 000 000,00	Sim	n/a	Sim	n/a	Sim
		Caixa Económica	60 000 000,00	Sim	n/a	Sim	n/a	Sim
		Caixa de Poupança Postal	40 000 000,00	Sim	n/a	Não	n/a	Sim
Categoria B	Mutualidades de Poupança e Crédito		15 000 000,00	Não	Sim	Sim	Não	Não
	Cooperativas de Poupança e Crédito		10 000 000,00	Não	Sim	Sim	Não	Não
SUJEITOS A MONITORAMENTO								
Categoria C	Intermediários de Captação de Depósitos		n/a	Sim	n/a	Não	n/a	Não

a) Caixa Económica só poderá contratar depósitos a prazo até 2 anos, nos termos da Lei de Microfinanças

b) As operações permitidas, estão em conformidade com a Lei que regula as Microfinanças

LIMITES DE OPERAÇÕES DE CREDITOS E DE DEPOSITOS A CONCEDER OU CAPTAR

Instituição

Limites de Operações

Categoria A

< ou = 10% dos Fundos Próprios

Categoria B

< ou = 15% dos Fundos Próprios

Categoria C

Não aplicável (deve celebrar contrato de intermediação com a entidade habilitada a captar depósitos)

Nota Explicativa

Os limites de crédito têm a ver com os risco associados aos créditos concedidos, os limites impostos em termos de capital mínimo das IMF(s) e o do valor médio dos créditos concedidos que não ultrapassa os 500 contos nos últimos anos.

Importância da estratégia para a competitividade e sustentabilidade das Empresas

Recursos

Microbancos

Captação de depósito do público (artigo 41º)

Cooperativas

— poupança de membros e sócios (artigo 42º)

Mutualidades de Poupança e crédito Artigo (62º)

- donativos ou subvenções, recursos concessionais
contrato programa

POUPANÇA

INVESTIMENTO



“Dê-me um ponto de apoio e com uma alavanca moverei o o mundo”.

Aristóteles

Matemático Grego 287 a 212 a/c

Património
45 000
Milhões USD

Dívidas
1 trilhão
USD





Rácio de Endividamento (“Alavanca Financeira”)

$$\frac{P}{FP}$$

Onde:

P=Passivo

FP=Fundos próprios

- **Cálculo e Interpretação:** neste rácio, o nominador inclui todos os passivos, mesmo os resultantes do fundo de maneio, enquanto que os Fundos Próprios resultam da mera diferença entre o Activo e o Passivo a partir da igualdade fundamental do balanço (**Activo = Passivo + Fundos Próprios**).
- **Comentários:** Pode ser um complemento ao rácio de “adequabilidade do capital”, uma vez que indica a medida geral do endividamento de uma IMF. No entanto, como muitas destas instituições se apresentam na forma de ONG’s e com donativos, este rácio tende a ser mais reduzido. Atenção deve ser prestada aos seguintes aspectos:
 - ✓ Prazo de vencimento das dívidas em oposição ao vencimento dos créditos Concedidos.
 - ✓ Taxas de crescimento do rácio e a aproximação dos limites de endividamento.



MATRIZ DE RISCOS

Riscos inerentes x Elementos de Controle



Crédito

Mercado

Liquidez

Operacional

Legal e de Integridade

Reputação

Estratégia

Gestão Corporativa

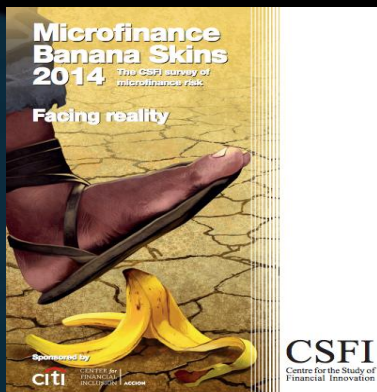
Controles Internos

organização
Gestão de Riscos

- Gestão de riscos gerais
- Gestão de Riscos de Crédito
- Gestão de Riscos de Mercado
- Gestão de Riscos de Liquidez

Tecnologias de Informação
Prevenção à lavagem de Capitais

Riscos das Instituições de Microfinanças



*Banana Skins 2014



SISTEMA DE REPORTE

Quantidade / Qualidade de Informação(Aviso nº 9/2016)



- Tempestiva
- Fidedigna
- Precisa
- Clara
- Oportuna
- Completa
- Rendível



Regulamentação da Lei
nº83/VIII/2015 de 16 de
Janeiro de 2015 Regime
Jurídico da actividade das
Microfinanças e respectivas
instituições :



1. Natureza Prudencial

Capital Mínimo, Fundos Próprios, Solvabilidade, Limites de concentrações de riscos, provisões, Cobertura de imobilizado , Cobertura de responsabilidades, Governança e reportes de informações);



2- Informações de Natureza Contabilística

Decreto- Regulamentar nº/2017- Com objetivo a uniformização dos processos de registo contabilístico das operações, sistematizações dos procedimentos e critérios de registo e estabelecimento de regras e modelos para divulgação de informações



Regulamentação da Lei
nº83/VIII/2015 de 16 de
Janeiro de 2015 Regime
Jurídico da actividade das
Microfinanças e respectivas
instituições.



1. Aviso nº4/2016, que regulamenta a Lei 83/VIII/2015 de 16 de Janeiro, quanto à Dimensão das operações, Capital mínimo e os Fundos próprios (Fundos Próprios de Base e Complementares)

quanto à Dimensão das operações, Capital mínimo e os Fundos próprios (Fundos Próprios de Base e Complementares) Os elementos que integram os fundos próprios de base de uma instituição devem cobrir riscos ou perdas que se verifiquem.



Artigo 8º

Fundos próprios de Base



1. Os elementos que integram os fundos próprios de base de uma instituição de microfinanças devem poder ser utilizados para cobrir riscos ou perdas que se verifiquem nas mesmas, distinguindo-se pela sua qualidade, por características de permanência, grau de subordinação, capacidade e tempestividade de absorção de perdas e, quando aplicável, possibilidade de diferimento ou cancelamento da sua remuneração



2. Os fundos próprios de base das instituições de microfinanças são constituídos por elementos positivos e negativos.



3. São elementos positivos dos fundos próprios das instituições de microfinanças:

e) Os resultados positivos provisórios do exercício em curso.

d) Os resultados positivos do último exercício; e...

c) Os resultados positivos transitados de exercícios anteriores;

b) As reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos;

a) O capital social realizado e prémios de emissão;



4. São elementos negativos dos fundos próprios das instituições de São elementos negativos dos fundos próprios das instituições de microfinanças:

a) Os activos intangíveis.

b) Resultados negativos transitados de exercícios anteriores

c) Resultados negativos do último Exercício.

d) Resultados negativos do exercício em curso, em final do mês.

e) As acções próprias.

f) O valor correspondente às insuficiências verificadas na constituição de provisões regulamentares, em termos definidos pelo Banco de Cabo Verde, pela diferença positiva entre o montante de provisões regulamentares e o valor de imparidade e provisões para crédito e operações extrapatrimoniais registado nas demonstrações financeiras; e..

c) As reservas de reavaliação negativas.



Artigo 9º Fundos próprios complementares

São fundos próprios complementares das instituições de microfinanças os montantes correspondentes a:



1. Reservas provenientes da reavaliação do activo imobilizado, realizada nos termos da lei, com aprovação do Banco de Cabo Verde, e depois de subtraído o valor dos impostos o resultado da reavaliação;



2. Outras reservas de reavaliação positivas;



3. Empréstimos subordinados de prazo superior a cinco anos, cujas condições sejam aprovadas pelo Banco de Cabo Verde, só podendo ser considerados até concorrência de 50% dos Fundos Próprios de Base.

4. Acções preferenciais remíveis de prazo certo, com prazo superior a cinco anos cujas condições sejam aprovadas pelo Banco de Cabo Verde; e

5. Acções preferenciais remíveis de prazo certo, com prazo superior a cinco anos cujas condições sejam aprovadas pelo Banco de Cabo Verde; e

a) Nos casos em que a instituição de microfinanças disponha de uma participação superior a dez por cento do capital social de uma instituição de crédito ou instituição parabancária, será deduzido o montante total dessa participação, bem como o valor representado pelos demais elementos patrimoniais, referidos no n.º 3 do artigo 8º e no artigo 9º deste Aviso, de que disponha sobre a mesma instituição;

b) O montante global das restantes participações e dos demais elementos patrimoniais, referidos no n.º 3 do artigo 8º e no artigo 9º deste Aviso, que a instituição de microfinanças disponha sobre uma instituição de crédito, instituição parabancária, não abrangidos pela alínea precedente, será deduzido na parte que exceda dez por cento dos fundos próprios da instituição que deles disponha, calculados antes de efectuadas as deduções previstas nesta alínea e na alínea precedente;

QUADRO II - FUNDOS PRÓPRIOS
Aviso n.º 4/2016, publicado no Boletim Oficial -II Série, n.º 39,
de 2 de Agosto de 2016

Ano económico				
Data de início:				
Data do fim:				
Instituição				

(valores em milhares de escudos)

Capital social realizado					(1)			
Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos					(2)			
Resultados positivos transitados de exercícios anteriores					(3)			
Resultados positivos do último exercício					(4)			
Resultados positivos provisórios do exercício em curso					(5)			
SOMA						(6)		
Imobilizado incorpóreo					(7)			
Acções próprias					(8)			
Resultados negativos transitados de exercícios anteriores					(9)			
Resultados negativos do último exercício					(10)			
Resultados negativos provisórios do exercício em curso					(11)			
Insuficiência de provisões					(12)			
SOMA						(13)		
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE							(14)	
Reservas de reavaliação				(15)				
Empréstimos subordinados e acções preferenciais	(16)	(17)	(18)	(19)				
Outros elementos				(20)				
FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES						(21)	(22)	
FUNDOS PRÓPRIOS ANTES DAS DEDUÇÕES							(23)	
Participações a deduzir:								
Superiores a 10 % do capital					(24)			
Inferiores ou iguais a 10 % do capital				(25)	(26)	(27)		
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio				(28)	(29)	(30)		
Parte que excede os limites de concentração de riscos (alínea a), b), c) d) n.º 3 do Aviso n.º 14/2016)						(31)		
Fundos próprios destinados a coberturas específicas (alínea a) do n.º 16º do Aviso 4/2016)						(32)		
TOTAL DOS ELEMENTOS A DEDUZIR							(33)	
FUNDOS PRÓPRIOS							(34)	

Declaramos que a informação contida neste quadro está de acordo com os registos contabilísticos e outros suportes de informação desta instituição.

Data O Administrador

O Responsável pela informação

QUADRO III - LIMITE ÀS IMOBILIZAÇÕES
Aviso n.º 13/2016, publicado no Boletim Oficial - II Série,
n.º 39, de 2 de Agosto de 2016



Ano económico	
Data de início:	
Data do fim:	
Código Instituição	

(valores em milhares de escudos)

Activos fixos tangíveis		(1)	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		(2)	
Descrição	Conta		
...		(3)	
...		(3)	
Outros activos destinados a permanecer na instituição de forma duradoura		(4)	
	IMOBILIZAÇÕES BRUTAS		(5)
Amortizações		(6)	
Imparidade de imobilizações		(7)	
	IMOBILIZAÇÕES LÍQUIDAS		(8)
	FUNDOS PRÓPRIOS		(9)
	Diferença		(10)
	Grau de cobertura (%)		(11)

Declaramos que a informação contida neste quadro está de acordo com os registos contabilísticos e outros suportes de informação desta instituição.

O Administrador

O Responsável pela informação

Regulamentação da Lei nº83/VIII/2015 de 16 de Janeiro de 2015 Regime Jurídico da actividade das Microfinanças e respectivas instituições.

	Classe de Risco				
	I	II	III	IV	V
Com Garantia	10%	20%	50%	75%	100%
Sem Garantia	25%	50%	75%	85%	100%

Aviso nº5/2016 a Lei 83/VIII/2015
de 16 de Janeiro

quanto aos limites de crédito e de depósitos e
regime de taxas de juros;



Aviso nº6/2016 a Lei 83/VIII/2015
de 16 de Janeiro

quanto as Operações permitidas às caixas de poupança
e credito e de credito agrícola e as aplicações financeiras
das cooperativas de poupança e credito;



Aviso nº7/2016 a Lei
83/VIII/2015
de 16 de Janeiro

quanto a solvabilidade das instituições de
microfinanças - não pode ser inferior 8% ;



Aviso nº8/2016 a Lei
83/VIII/2015
de 16 de Janeiro

relativamente quanto as reservas a constituir: reserva
geral e reservas especiais;





**6. Aviso nº 9/2016
a Lei 83/VIII/2015
de 16 de Janeiro**

quanto ao sistema de reporte (artigo 4º, informações Obrigatórias);



**7. Aviso nº 10/2016 a Lei 83/VIII/2015
de 16 de Janeiro**

quanto à classificação das operações de crédito e provisões (sistema de classificação de Operações de créditos por ordem crescente por classes de riscos **em ordem crescente de risco, nas seguintes classes, cujas definições se encontram em anexo ao presente Aviso: I. Classe A; II. Classe B; III. Classe C; IV. Classe D; V. Classe E**



**8. Aviso nº 11/2016 a Lei 83/VIII/2015
de 16 de Janeiro**

relativamente à supervisão das instituições de Microfinanças,

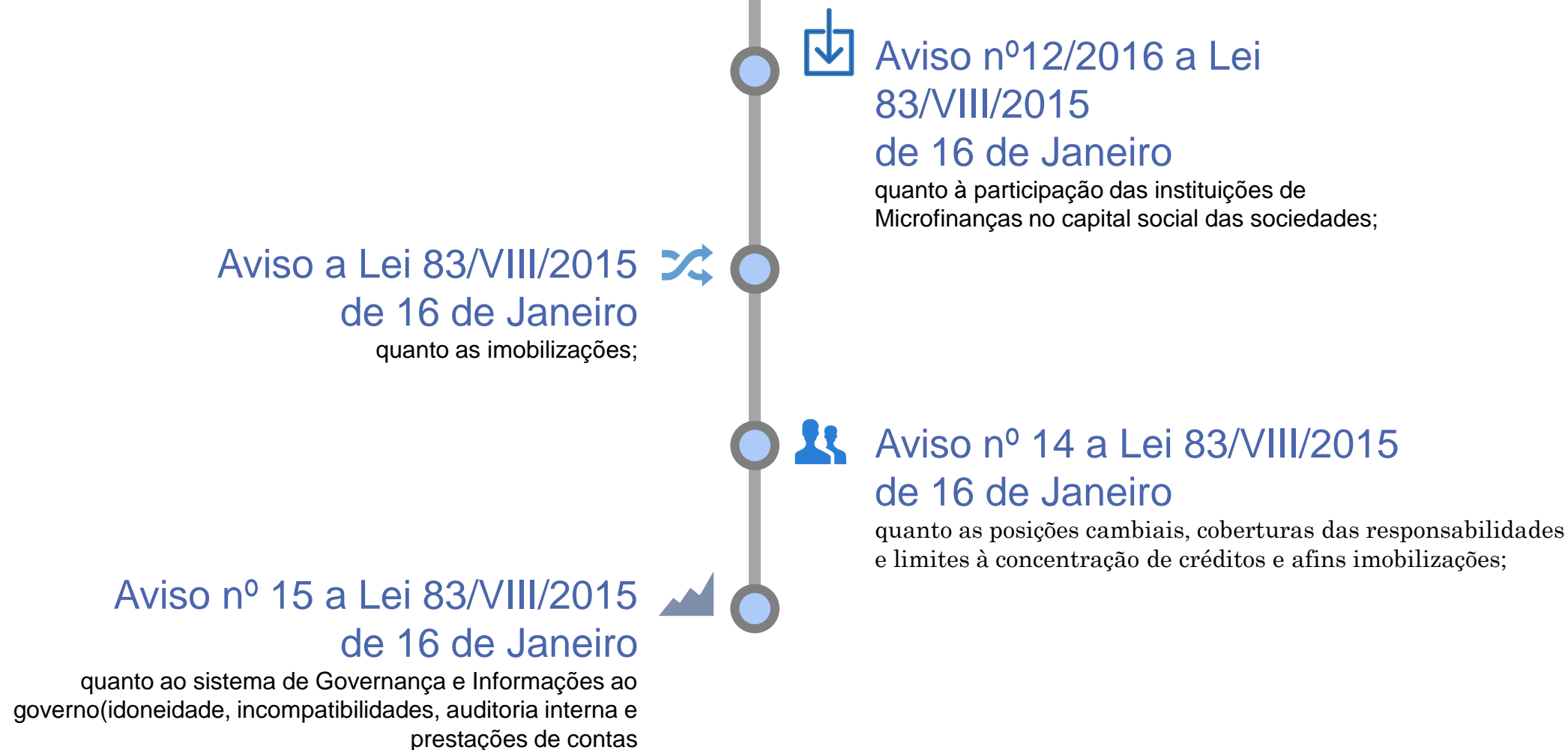


**9. Aviso nº 12/2016 a Lei 83/VIII/2015
de 16 de Janeiro**

quanto à participação das instituições de Microfinanças no capital social das sociedades;

**10. Aviso nº 13 a Lei 83/VIII/2015
de 16 de Janeiro**

quanto as imobilizações;





DESAFIOS

Autoridade Pública:
Estado e Supervisores

Estado:

Estratégia Nacional

Políticas publicas apropriadas

Supervisão

Adequação do Quadro Regulamentar e Supervisão efectiva

Processo de transformação

Requer Plano e Mandato Claro; Muitas oportunidades(eficiencia, sustentabilidade, acesso a baixos custos, inovação, marketing e posicionamento) Estratégia e Plano de negócio.

Quadro 1.3 Resultados da transformação: divulgação



	BancoSol	Finamerica	Banco Los Andes ProCredit	Banco Ademi	MiBanco	K-Rep Bank
ONG fundadora	PRODEM (Bolívia)	Corposol (Colômbia)	ProCredito (Bolívia)	ADEMI (República Dominicana)	Accion Comunitária del Peru)	K-Rep Kenia
Data de transformação	2/92	10/93	7/95; 1/05b	1/98	5/98	9/99
Nº de Mutuários activos Da ONG de Transformação	22,743 12/91	32,022b (12/93)	12,662 (7/95)	18,000 (1/98(32,000 (6/05)	55,441 (12/04)
número de mutuários ativos de instituição transformada em 2005	76,904 (5/95(26,726 (12/05)	72,048 (6/05)	51,045 (3/05)	124,526 (6/05)	55,441 (12/04)
Aumento percentual	238	-17	469	184	289	320
Valor do empréstimo pendente na transformação	4,500,000 12/91	11,000,000 (12/93)	4,200,000 (7/95)	30,300,000 (1/98)	161,192,317 (6/05)	26,743,172 (12/04)
Aumento percentual	2.418	240	2.959	167	1.051	710

Perfil dos membros da rede de microfinanças

(Captação de Depósitos pelas IMFs)

IMF	País	Carteira Bruta de Empréstimos (em Milhões de USD)	Poupanças (em Milhões de USD)	Nº de Mutuários activos (Milhares)	Nº de Poupadores (Milhares)
ASA	Bangladesh	201.1	33.6	2,772.7	2,986.6
Banco ADEMI	Repúbl. Dominic.	201.1	33.6	2,772.7	2,986.6
Banco LA ProCredito	Bolívia	113.8	71.2	64.7	53.8
BancoSol	Bolívia	108.7	81.2	71.6	61.9
BRAC	Bangladesh	243.1	0.5	3,993,5	27.2
BRI	Indonesias	1,953.4	3,347.4	3,210.7	31,271.6
CERUDEB	Uganda	44.6	77.7	52.7	402.7
EBS	Kenia	40.1	57.9	59.3	413.1
Finamerica	Colômbia	27.8	18.3	24.4	2.3
FMF-Pakistan	Paquistão	3.6	6.0	9.5	18.4
K-Rep. Bank	Kenia	27.3	6.0	55.4	25.4
MiBanco	Peru	128.7	86.1	113.5	53.3
PRODEM FFP	Bolívia	86.6	61.0	55.9	119.5
XacBank	Mongólia	16.1	12.9	32.0	39.2
TOTAL		3.067.1	3,899.0	10.541.5	35.523.6

Crédit et Microfinance BCEAO

faire l'inventaire des contraintes quant à l'exercice des activités d'intermédiation financière dans le cadre réglementaire et proposer des stratégies de négociation avec toutes les autorités du secteur [Commission bancaire, BCEAO, Ministère chargé des finances (Cellule Ministérielle de Suivi des SFD et Direction des Impôts) ;

- faire le point des conditions préalables à remplir par l'organisation pour acquérir le statut juridique proposé telles que :
 - le capital minimum requis ;
 - les exigences minimales en matière de personnel dirigeant ;
 - les capacités requises du point de vue du système d'information et de gestion
 - etc.
- évaluer les implications de l'adoption de ce nouveau statut juridique au niveau institutionnel, opérationnel, financier et au niveau de la législation sur les taux d'intérêt (loi sur l'usure) et du régime fiscal pour la nouvelle entité. Il s'agira notamment d'apprécier l'incidence de la nouvelle fiscalité sur les produits et les charges afin d'identifier les taux d'intérêt et le niveau de financement qui permettraient de garantir l'équilibre financier ;
- identifier et recommander des améliorations à apporter aux systèmes et procédures de gestion de l'organisation aussi bien au niveau institutionnel qu'opérationnel ;

1.2. Avantages et inconvénients du statut de mutuelle et de coopérative

1.2.1. Les avantages

Contrairement aux clients des SFD ayant d'autres statuts juridiques, les clients d'une coopérative ou mutuelle sont tous des membres ou sociétaires, et doivent détenir au moins une part du capital du SFD. Le prix de la part sociale est en général fixé à un niveau très faible pour ne pas freiner l'adhésion. L'augmentation du nombre de membres et par conséquent des parts sociales et du capital est un facteur de renforcement endogène des fonds propres.

La particularité de ce type d'organisation est que les membres, organisés en assemblée générale (AG), prennent les décisions par vote sur une base démocratique, un homme, une voix, indépendamment du nombre de parts détenues par chacun.

Le principal avantage du statut juridique de coopérative ou de mutuelle est constitué par les avantages fiscaux accordés aux SFD sous cette forme par la loi portant réglementation des SFD. Il peut également être mentionné que la non-distribution des bénéfices peut permettre une capitalisation plus rapide résultant de la mise en réserve de la quasi totalité des résultats d'exploitation.



LE GOUVERNEMENT
DU GRAND-DUCHÉ DE LUXEMBOURG
Coopération luxembourgeoise



BCEAO
BANQUE CENTRALE DES ÉTATS
DE L'AFRIQUE DE L'OUEST

GUIDE DE TRANSFORMATION INSTITUTIONNELLE DES SFD DE LA ZONE UEMOA

René AZOKLY
Ibrahima Fane CAMARA

DECEMBRE 2009



LUX-DEVELOPMENT
Agence luxembourgeoise pour le Coopération au Développement

1.2.2. Les inconvénients

Le principal inconvénient du statut coopératif est relatif à son système de gouvernance.

En effet, le conseil d'administration peut avoir du mal à assurer efficacement ses fonctions. Il est souvent difficile de trouver des coopérateurs compétents qui acceptent bénévolement le surcroît de travail et de responsabilité associé à la fonction d'administrateur.

Par ailleurs, le bon fonctionnement des organes des coopératives, exige un effort continu des élus, qui n'ont pas toujours le niveau d'éducation suffisant ni l'implication nécessaire pour appréhender les enjeux de l'institution dans leur globalité. De ce fait, leur capacité à contrôler les cadres dirigeants est faible. Dans ce type de contexte, le risque est grand qu'une catégorie de membres (par exemple les plus éduqués ou les notables) contrôle l'institution et/ou que la mission ne soit pas maintenue dans le temps.

De plus, le fait que les coopérateurs soient également clients du SFD peut également générer et exacerber certains coûts d'agence. En effet, la confusion sociétaire - client peut entraîner un manque de clarté dans la définition des objectifs de l'organisation.

Les sociétaires peuvent en effet souhaiter augmenter la rémunération de leurs parts sociales, ce qui suppose une augmentation des marges et par conséquent une augmentation des taux d'intérêt. Mais ils peuvent aussi souhaiter bénéficier des tarifs plus faibles sur les emprunts qu'ils obtiennent, d'une meilleure rémunération de leurs dépôts, ou de services de meilleure qualité au même prix, ce qui pousse à la baisse les



LE GOUVERNEMENT
DU GRAND-DUCHÉ DE LUXEMBOURG
Coopération luxembourgeoise



GUIDE DE TRANSFORMATION INSTITUTIONNELLE DES SFD DE LA ZONE UEMOA

René AZOKLY
Ibrahima Fane CAMARA

DECEMBRE 2009

 LUX-DEVELOPMENT
Agence luxembourgeoise pour la Coopération au Développement

DESAFIOS

Autoridade Pública: Estado e Supervisores



Estado:

Estratégia Nacional



Políticas públicas apropriadas



Supervisão

Adequação do Quadro Regulamentar e Supervisão efectiva



Processo de transformação

Requer Plano e Mandato Claro; Muitas oportunidades (eficiência, sustentabilidade, acesso a baixos custos, inovação, marketing e posicionamento) Estratégia e Plano de negócio.

A nível das autoridades:

Recursos humanos, materiais e financeiros adequados;

Medidas de Política de Inclusão Financeira ;

Maior profissionalismo e Sistema de governação.

Educação Financeira

Partilha de informação e formação financeira entre indivíduos e utilização de serviços financeiros de forma racional contribuindo para assegurar o bem-estar financeiro e social no presente e no futuro.



Obrigado, pela vossa
atenção

